de Abril de 1949, ao Consulado-Geral de Portugal em Paris, pela verba da alínea a) do n.º 3) do artigo 36.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor, as importâncias mensais abaixo designadas para ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado do Consulado, ficando assim alterada a Portaria n.º 12:719, de 19 de Janeiro de 1949, na parte respeitante a esse Consulado.

	Escudos
Vice-cônsul	4.500,00, ou Frs. suíços 769,88.
	Frs. franceses
Chanceler	50.000,00
Caixa	35.000,00
Secretário	35.000,00
Secretário	27.000,00
Secretário	25.000,00
Secretário	20.000,00
Esteno-dactilógrafo . .	23.000,00
Encarregado do arquivo	20.000,00
Contínuo	18.000,00
	<u>253.000,00, ou Frs. suíços 2.597,09.</u>

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1949.— O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Caeiro da Matta*.

(Não carece de visto ou anotação, do Tribunal de Contas).

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral de Fomento Colonial

Serviços de Valores Postais

Portaria n.º 12:795

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 37:050, de 8 de Setembro de 1948, que sejam emitidos e postos em circulação no Estado da Índia selos de franquia postal, tendo como motivo a imagem de Nossa Senhora da Fátima, coroada, com as dimensões de 35×25 milímetros, das taxas, cores e nas quantidades seguintes:

- 300:000 da taxa de 1 real (azul-celeste).
- 300:000 da taxa de 3 réis (amarelo).
- 100:000 da taxa de 9 réis (vermelho).
- 100:000 da taxa de 2 tangas (verde).
- 75:000 da taxa de 9 tangas (laranja).
- 50:000 da taxa de 2 rupias (castanho).
- 50:000 da taxa de 5 rupias (verde-negro).
- 25:000 da taxa de 8 rupias (azul-violáceo).

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 27 de Abril de 1949.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 37:390

A administração do Instituto Superior Técnico assume, por força de circunstâncias de diversa ordem, complexidade que a da maioria dos restantes estabelecimentos de ensino superior desconhece.

Apesar disso, o Instituto é uma das duas únicas escolas universitárias em que o director não dispõe da colaboração de um professor responsável pelos serviços de secretaria.

O presente diploma visa a pôr termo a essa anomalia.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado no quadro do pessoal do Instituto Superior Técnico o lugar de professor-secretário, a que corresponde a gratificação estabelecida para os secretários das Faculdades.

Art. 2.º São aplicáveis ao professor-secretário do Instituto Superior Técnico as disposições do artigo 16.º e respectivos parágrafos do estatuto aprovado pelo Decreto n.º 18:717, de 27 de Julho de 1930, relativas aos secretários das Faculdades.

Art. 3.º Compete ao professor-secretário:

1.º Secretariar as sessões do conselho escolar e dos júris dos concursos, redigir os projectos das respectivas actas e conferir, fechar e autenticar o seu traslado definitivo nos livros próprios;

2.º Fazer o expediente dos relatórios, consultas e mais trabalhos do conselho escolar;

3.º Redigir a correspondência de carácter reservado;

4.º Orientar todos os serviços da secretaria, pelos quais é responsável perante o director.

Art. 4.º A comissão administrativa do Instituto passa a ser constituída pelo director, que preside, pelo professor-secretário e por um professor eleito anualmente pelo conselho escolar.

Art. 5.º O Ministro da Educação Nacional designará por despacho, de harmonia com o preceituado no artigo 54.º do regimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26:611, de 19 de Maio de 1936, o professor cattedrático que deve substituir o director.

Art. 6.º Os encargos resultantes deste diploma serão satisfeitos no corrente ano económico pelas disponibilidades das dotações para pessoal do Instituto Superior Técnico.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1949. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abru — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.